

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

PLANO DE ENSINO

ANO E SEMESTRE					
2025-2					
PROFESSOR(ES)					
Profs. Drs. Misabel de Abreu Machado Derzi e Valter de Souza Lobato					
CÓDIGO DA DISCIPLINA					
DIP DIR869					
TEMA					
TEMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO					
SUBTEMA					
REFORMA TRIBUTÁRIA E DOGMÁTICA JURÍDICO-TRIBUTÁRIA: CONVERGÊNCIAS E RUPTURAS					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
Terça-feira	19:00	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Qual:					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO	
Profa. Emérita Misabel de Abreu Machado Derzi	UFMG, Faculdade de Direito	

EMENTA
<p>O objetivo da disciplina é estudar pontos específicos da reforma tributária, sempre cotejando-os com matérias de base do Direito Tributário, a fim de verificar se os novos contornos que a reforma confere ao Sistema Tributário Nacional (i) se coadunam com as teorias que haviam sido construídas na doutrina nacional acerca desses pontos até então, (ii) não se coadunam, impondo a sua revisão, ou (iii) não se coadunam, não impondo a sua revisão, mas antes importando em incoerências.</p> <p>A disciplina contará com uma primeira aula, expositiva, a ser ministrada pela Profa. Emérita Misabel Derzi, sobre o tema “O consentimento e o tributo. Democracia. Direito de escolha. As novas formas de tributação, lançamento e cobrança no Brasil”. Nesse mesmo dia, a estruturação do curso será apresentada, será feita a divisão de temas entre os alunos etc. A segunda aula, também expositiva, contará com o Prof. Dr. Thomas Bustamante, que ministrará aula sobre o tema “A legitimidade da autoridade e o direito de escolha (Raz x Dworkin)”. A terceira aula, igualmente expositiva, contará com o Prof. Onofre Alves Batista Júnior, que falará sobre Federalização e Reforma Tributária.</p> <p>As dez aulas seguintes consistirão em apresentações a serem feitas por alunos, sobre determinados tópicos. Para além da relatoria, é esperado que essas aulas contem com vivo debate entre todos os participantes da disciplina. São os tópicos:</p> <p>1. O split payment, créditos na não cumulatividade e o consentimento na tributação.</p>



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

2. Tipos e conceitos. Permanece o modo de pensar conceitual na EC 132? Quais as características irrenunciáveis que podemos extrair do Texto Constitucional quanto a operações de bens e serviços?
3. O Federalismo e a concessão de benefícios fiscais de IBS. Nova forma da distribuição de poder na Federação. Quais os critérios para o Fundo de compensação?
4. Lei complementar. Regulamento. Comitê Gestor. Alguma mudança no princípio da legalidade?
5. Modalidades de lançamento. Onde a instituição de IBS e CBS afeta o CTN na sua atual redação?
6. Consentimento e processo administrativo. Quais os direitos fundamentais concretizados e que não podem ser alterados pela lei complementar?
7. Neutralidade. Não cumulatividade plena. EC 132. LC 214. Quais as novas garantias para a não cumulatividade plena, o que ela significa e a Lei Complementar 214 satisfaz a vontade do Constituinte Derivado?
8. Progressividade e regressividade na tributação: como devem ser encarados estes fenômenos? A reforma tributária sobre o consumo no Brasil influi sobre tais pilares?
9. Materialidades tributáveis. Renda/Patrimônio/Consumo. Capacidade contributiva. Não confisco. Quais os limites para sobreposição de materialidades?
10. Não cumulatividade/ fringe benefits. Operações não onerosas? Cláusulas antielisivas específicas?

BIBLIOGRAFIA

Como se vê, os dez tópicos a serem objeto de exposição em sala perpassam por variadas temáticas. Abaixo, a bibliografia da disciplina está listada por temas. Os temas estão em ordem alfabética e, dentro deles, as referências também estão. As referências serão oportunamente elencadas pelos Professores como de leitura obrigatória ou recomendada/ complementar para cada relatoria. Quanto às duas aulas expositivas com que contará a disciplina (Profs. Misabel, Thomas e Onofre), cada um indicará oportunamente a bibliografia pertinente para leitura prévia.

Capacidade contributiva

- COSTA, Regina Helena. Princípio da Capacidade Contributiva. 4. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.
- DERZI, M. A. M. O princípio da não cumulatividade no ICMS e a capacidade de contribuir do cidadão. In: Semana de Iniciação Científica da UFMG, 1994, Belo Horizonte. Revista Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Belo Horizonte: UFMG, 1994. v. 1. p. 181.
- DERZI, M. A. M. Sobre o desrespeito aos princípios constitucionais da não cumulatividade (neutralidade), da seletividade e da capacidade contributiva nos impostos sobre o consumo. Revista da Associação Brasileira de Direito Tributário, v. 3, p. 181-197, 2000.
- LIMA, Daniel Batista Pereira Serra. Eficácia normativa do princípio da capacidade contributiva. 2022. 239 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Consentimento

- DERZI, Misabel de Abreu Machado. LOBATO, Valter de Souza. Du silence au mutisme: la relation fisc-contribuable dans la réforme fiscale. Progrès digital ou recul de citoyenneté? No prelo.

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

- DERZI, Misabel de Abreu Machado. LOBATO, Valter de Souza. MARINHO NETO, José Antonino. Progresso digital ou retrocesso na cidadania? Do silêncio ao emudecimento: a relação fisco-contribuinte na Reforma Tributária. In: Fernando Facury Scaff; Misabel de Abreu Machado Derzi; Onofre Alves Batista Jr.; Heleno Taveira Torres. (Coord.). Tributação, desigualdade e desenvolvimento. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2025.
- LOBATO, V. S.; SOARES, V. A. O. A teoria da confiança nos meios alternativos de solução de conflitos tributários e no compliance cooperativo tributário. In: I Congresso da Receita Federal, 2024. Estudos tributários e aduaneiros. Brasília: RFB, 2024. p. 545-567.
- ROCHA, Sergio André. A deslegalização no direito tributário contemporâneo: segurança jurídica, legalidade, conceitos indeterminados, tipicidade e liberdade de conformação da Administração Pública. In: RIBEIRO, Ricardo Lodi; ROCHA, Sergio André. Legalidade e tipicidade no direito tributário. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

Federalismo

- DERZI, Misabel Abreu Machado. Federalismo, Liberdade e Direitos Fundamentais. REI - Revista Estudos Institucionais, v. 4, n. 1, p. 118-157, ago. 2018. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/266/215>. Acesso em: 01 jul. 2023.
- DERZI, M. A. M.; BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. Federalismo como princípio moral: novas tendências conceituais. In: DERZI, Misabel Abreu Machado; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; MOREIRA, André Mendes (org.). Estado Federal e tributação das origens à crise atual. 2. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019. v. 1, p. 449-467.
- DERZI, M. A. M. ; BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. O princípio federativo e a igualdade: uma perspectiva crítica para o sistema jurídico brasileiro a partir do modelo alemão. In: Misabel de Abreu Machado Derzi, Onofre Alves Batista Júnior; André Mendes Moreira. (Org.). Estado Federal e Guerra Fiscal no Direito Comparado (Coleção Federalismo e Tributação). 1. ed. Belo Horizonte: Arraes, 2015, v. 2, p. 467-495.
- HORTA, Raul Machado. Estudos de Direito Constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 1995, p. 355-422.
- SOUZA, Hamilton Dias de; ÁVILA, Humberto; CASTRO, Paulo Rabello de; CARRAZZA, Roque Antônio. Desafios federativos da reforma tributária. Revista Consultor Jurídico. 31 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-ago-31/opiniao-desafios-federativos-reforma-tributaria/>.

Geral

- ÁVILA, Humberto. Limites Constitucionais à Instituição do IBS e da CBS. Revista Direito Tributário Atual, [S. l.], n. 56, p. 701-730, 2024. DOI: 10.46801/2595-6280.56.31.2024.2542. Disponível em: <https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/2542>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- DWORKIN, Ronald. A matter of principles. Cambridge: Harvard University Press, 1985. Cap. 6.
- DWORKIN, Ronald. Justice in robes. Cambridge: Harvard University Press, 2006. Cap. 7.
- GALLO, Franco. O futuro não é um beco sem saída. 1. ed. Trad. Fernando Daniel de Moura Fonseca e Frederico Menezes Breyner. São Paulo: Dialética, 2024.
- RAZ, Joseph. Ethics in the public domain: essays in the morality of law and politics. Oxford: OUP, 1994. Cap. 10.

Incentivos fiscais

- COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. O princípio federativo e os incentivos e benefícios fiscais: a guerra fiscal entre os Estados. O ICMS e o aproveitamento de créditos. In: Paulo Modesto; Oscar Mendonça. (Org.). Direito do Estado - Novos Rumos. 1. ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 2001, v. 3, p. 9-223.
- CORREIA NETO, Celso de Barros. O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no direito brasileiro. 2012. 271 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Lançamento

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

- AMARO, Luciano. Lançamento, essa formalidade! In: TORRES, Heleno Taveira. Teoria geral da obrigação tributária: estudos em homenagem ao Professor José Souto Maior Borges. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 374-390.
- XAVIER, Alberto. Do lançamento no Direito Tributário brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

Legalidade

- ÁVILA, Humberto. Legalidade tributária multidimensional. In: FERRAZ, Roberto (coord.). Princípios e limites da tributação. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- SCHOUERI, Luís Eduardo; FERREIRA, Diogo Olm; LUZ, Victor Lyra Guimarães. Legalidade tributária e o Supremo Tribunal Federal: uma análise sob a óptica do RE n. 1.043.313 e da ADI n. 5.277. São Paulo: IBDT, 2021.

Lei complementar

- BORGES, Souto Maior. Lei complementar tributária. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.
- COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. A lei complementar como agente normativo ordenador do sistema tributário e da repartição de competências tributárias. Revista do Superior Tribunal de Justiça, v. 242, pp. 665-685, 2016.
- LOBATO, V. S.; SOARES, V. A. O. Normas de competência e de incidência tributária: como se relacionam. In: Ricardo Mariz de Oliveira; Rodrigo Maito da Silveira. (Org.). Direito Tributário: homenagem aos 50 anos do IBDT. 1. ed. São Paulo: IBDT, 2024, v. , p. 977-998.

Não confisco

- CASTILHO, Paulo Cesar Baria de. Confisco tributário. São Paulo: RT, 2002.
- GOLDSCHMIDT, Fabio Brun. O Princípio do Não-confisco no Direito Tributário, São Paulo: RT, 2003.
- HORVATH, Estevão. O princípio do não-confisco no direito tributário. São Paulo: Dialética, 2002.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. "Abertura de Espaços Comunitários, Carga Tributária, Capacidade Contributiva e Efeito-confisco", Grandes Questões Atuais do Direito Tributário, 8º vol., coordenado por Valdir de Oliveira Rocha, São Paulo: Dialética, 2004.
- PINTO, Bilac. "Finanças e Direito - a Crise da Ciência das Finanças - os Limites do Poder Fiscal de Estado - uma Nova Doutrina sobre a Inconstitucionalidade das Leis Fiscais", Revista Forense vol. 82.

Neutralidade / não cumulatividade

- DERZI, Misabel Abreu Machado. Distorções do Princípio da Não-Cumulatividade no ICMS – Comparação com o IVA Europeu. In: COÊLHO, Sacha Calmon Navarro; et. al. (coord.). Temas de Direito Tributário - I Congresso Nacional da Associação Brasileira de Direito Tributário, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, pp. 107-151.
- DERZI, M. A. M.; COÊLHO, S. C. N. ICMS - Direito ao creditamento - princípio da não-cumulatividade. Revista Dialética de Direito Tributário n. 102. São Paulo: Dialética, março de 2004, pp. 141-156.
- LOBATO, V. S.; SOARES, V. A. O. Não cumulatividade do imposto e da contribuição sobre bens e serviços. In: Gustavo Lanna Murici; Maria Raphaela Dadona Matthiesen; Valter de Souza Lobato. (Org.). Estudos e reflexões sobre a reforma tributária. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2024, v. , p. 427-442.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. O princípio da não-cumulatividade e os princípios da subvenção pública e da neutralidade. Hugo de Brito Machado. (Coord.). "Não-Cumulatividade tributária". Dialética/ICET, 2009, p. 241-252.
- MOREIRA, André Mendes. Não cumulatividade tributária na Constituição e nas leis (IPI, ICMS, PIS/Cofins, impostos e contribuições residuais). 2009. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. Visão geral sobre a cumulatividade e a não cumulatividade (tributos com incidência única ou múltipla) e a "não-cumulatividade" da COFINS e da Contribuição ao PIS. Hugo de Brito Machado. (Coord.). "Não-Cumulatividade tributária". Dialética/ICET, 2009, p. 423-448.
- TORRES, Ricardo Lobo. O Princípio da Não-Cumulatividade e o IVA no Direito Comparado. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). Série Pesquisas Tributárias, nº 10. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. pp.139-170.

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

Planejamento tributário

- DERZI, M. A. M.. O planejamento tributário e o buraco do real. Contraste entre a completabilidade do Direito Civil e a vedação da completude no Direito Tributário. In: FERREIRA, Eduardo Paz; TÔRRES, Heleno Taveira; PALMA, Clotilde Celorico. (Org.). Estudos em homenagem ao Professor Doutor Alberto Xavier: Economia, Finanças Públicas e Direito Fiscal. 1. ed. Coimbra: Almedina, 2013, v. 2, p. 399-414.
- FLÁVIO NETO, Luís. Teorias do “abuso” no planejamento tributário. 2011. Tese (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- GRECO, Marco Aurélio. Planejamento tributário. 4. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2019.
- MOREIRA, André Mendes. Elisão e evasão fiscal: limites ao planejamento tributário. Revista da Associação Brasileira de Direito Tributário, v. 21, p. 11-18, 2003.
- OLIVEIRA, Ricardo Mariz. Planejamento tributário: elisão e evasão fiscal. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). Curso de Direito Tributário. 2. ed. Belém: CEJUP, 1993, vol. 1.

Regressividade

- ARAÚJO, Jevuks Matheus de. Um estudo sobre ilusão fiscal no Brasil. 2014. 91 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Capítulo I.
- DERZI, M. A. M.. Guerra Fiscal, Bolsa Família e Silêncio (Relações, Efeitos e Regressividade). Revista Jurídica da Presidência, v. 108, p. 39-64, 2014.
- FERREIRA, Diogo de Castro. A regressividade do sistema tributário brasileiro sob a ótica do princípio da diferença de John Rawls. Lex Humana. v. 7 n. 1, 2015, p. 36 – 57.
- KRIEGER, Aline Frimm. ICMS e regressividade tributária. 2019. 212 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Tipos e conceitos

- ÁVILA, Humberto. Competências tributárias: um ensaio sobre a sua compatibilidade com as noções de tipo e conceito. São Paulo: Malheiros, 2018.
- ÁVILA, Humberto. Legalidade tributária material: conteúdo, critérios e medida do dever de determinação. 1. ed. São Paulo: Malheiros: JusPodivm, 2022.
- DERZI, Misabel de Abreu Machado. Direito tributário, direito penal e tipo. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021.
- DERZI, Misabel Abreu Machado. Legalidade material. Modo de pensar “tipificante” e praticidade no direito tributário. I Congresso Internacional de Direito Tributário do IBET. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- MELLO, Helio de; LAURENTIIS, Thais De. O Tipo IVA e a Competência Tributária do IBS e da CBS. Revista Direito Tributário Atual, [S. l.], n. 57, p. 267–282, 2024. DOI: 10.46801/2595-6280.57.11.2024.2588. Disponível em: <https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/2588>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- SCHOUERI, Luís Eduardo. A lei complementar tributária e a repartição de competências tributárias. In: IX Congresso Nacional de Estudos Tributários, 2012, São Paulo. Sistema tributário nacional e a estabilidade da federação brasileira. São Paulo: Noeses, 2012. p. 679-701.
- XAVIER, Alberto. Os princípios da legalidade e da tipicidade da tributação. São Paulo: RT, 1978.

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

INFORMAÇÕES ADICIONAIS



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito
